

**CIDADES ILUMINADAS E INSALUBRES: SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO
NO ESTADO DE SÃO PAULO (1892-1930) | Sidney Piochi Bernardini**

Professor Doutor | Universidade Santa Cecília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Cursos de Arquitetura e Urbanismo
R. Oswaldo Cruz, 266, Boqueirão, 11045-970, Santos, SP, Brasil
sidpiochi@uol.com.br

CIDADES ILUMINADAS E INSALUBRES: SANEAMENTO E URBANIZAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1892-1930)

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos da República em São Paulo estão identificados, por parte da historiografia do urbanismo moderno brasileiro, com um conjunto de políticas públicas voltadas para o saneamento das cidades, como medida de contenção das epidemias que assolavam suas populações desde o último quartel do século XIX.

Alguns livros como: *Urbanismo no Brasil (1865-1965)* organizado por Leme (1999) e *Cidade, povo e nação* — gênese do urbanismo moderno, organizado por Ribeiro & Cardoso (1996) enfatizam a associação entre a gênese do urbanismo moderno e o saneamento, com a instalação de um conjunto integrado de redes de água, esgoto e drenagem no âmbito dos projetos de reformulação urbanística que iam desde um novo traçado de sistema de vias e implantação de parques e jardins públicos até intervenções higiênicas nas habitações. Andrade (1992), ao estudar o engenheiro Saturnino de Brito e suas realizações no campo do saneamento no Brasil, enfatiza essa ideia, incluindo esse engenheiro como um dos precursores do urbanismo moderno brasileiro. Sob a perspectiva das políticas sanitárias, Ribeiro (1993, p.65) evidenciou o processo de urbanização do interior paulista no auge da cafeicultura, destacando o papel dos engenheiros sanitários da época, na defesa de uma infraestrutura sanitária maciça por todo o interior do Estado. Sob a mesma óptica, na abordagem dos processos políticos que direcionaram os investimentos do governo, o livro de Telarolli Jr. (1996) revelou que muitas das obras de saneamento do Estado foram realizadas sob fortes articulações entre Executivo e Legislativo estadual e as Câmaras Municipais do interior.

O olhar panorâmico sobre a formação da rede territorial com a atuação do governo estadual na Primeira República tem revelado algumas faces da relação entre saneamento e urbanização nesse período. A pesquisa sobre os investimentos realizados por esse governo no campo do saneamento, ao lado das informações contidas nos anuários estatísticos publicados pela Secretaria do Interior e sistematizadas em publicações, como a de Eugênio Egas (1925), mostra que o governo estadual não só não abrangeu todo o universo dos municípios paulistas nos seus projetos de intervenção e não as realizou de forma integrada (articulando redes de água, esgoto e drenagem), como reorientou seus investimentos, já nos primeiros anos do século XX, para outros tipos de intervenção, mais voltados à expansão da economia agroexportadora do café.

O projeto federalista galgado e conquistado pelo Partido Republicano Paulista (PRP) depois de ascender ao poder trouxe, para o governo estadual, a ampliação de sua autonomia financeira com a instituição do imposto sobre exportação de mercadorias, permitindo-lhe desenvolver políticas arrojadas de infraestruturação territorial e atuar mais incisivamente em obras públicas nos municípios. Ao mesmo tempo, engessadas pela baixa capacidade financeira, dado o exíguo orçamento que tinham, as Câmaras Municipais recorriam com frequência ao Estado, solicitando recursos materiais e assistência técnica para realizar as suas obras de saneamento, como demonstram os vários ofícios encaminhados pelas Câmaras Municipais à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas — responsável pelos trabalhos de saneamento no Estado de São Paulo¹. As hegemonias política e financeira do governo estadual orientaram de certa forma a distribuição dos investimentos na infraestruturação sanitária daquelas cidades estratégicas do ponto de vista econômico. E essa distribuição durou o período certo para saneá-las: até 1904², ano em que aquela Secretaria deixou de ter uma atuação mais expressiva no interior, principalmente nos novos municípios que surgiram a oeste do Estado, contribuindo para que as companhias privadas pudessem participar com mais vigor desse processo de urbanização.

A MARCHA PARA O OESTE

Em 1904, os investimentos na instalação de infraestrutura sanitária nas cidades do interior paulista praticamente cessaram. Nem bem a imagem de um território salubre se consolidava, o governo voltava seus esforços para outras políticas específicas: o saneamento da capital e de Santos, a encampação da ferrovia Sorocabana e a instalação de núcleos coloniais (São Paulo, 1905, p.248).

Até então, o governo estimulava o desenvolvimento urbano de algumas localidades estratégicas, contribuindo para dar-lhes um banho de modernidade. As intervenções contribuíram para o processo de urbanização do interior e posicionaram, naquele momento, cidades como Amparo, Araraquara, Campinas, Guaratinguetá, Itapira, Jaú, Limeira, Pirassununga, Ribeirão Preto, Rio Claro, São Carlos, Sorocaba, entre outras,

como centros na rede urbana paulista, ressaltando a sua importância na economia em expansão (Bernardini, 2008, p.449).

Se essas municipalidades foram contempladas com o auxílio do governo é porque estavam associadas com mais vigor ao complexo cafeeiro. Com a entrada de Jorge Tibiriçá na presidência do Estado, a partir de 1904, buscou-se um modelo de ocupação territorial a partir da instalação de núcleos coloniais concebidos como pequenas propriedades produtivas e com culturas diversificadas, desenhadas para ser um misto entre cidade e campo, onde a produção pudesse ter vazão comercial nas sedes, conectadas à malha ferroviária. Na prática, a expansão das fazendas de café pelo oeste paulista (Milliet, 1982) foi à tônica da ocupação e corroborou em parte o projeto “modernizador” do governo — contemplando a fixação da população na lavoura e a adoção de certa diversificação produtiva. De qualquer forma, fosse através dos núcleos modelos do governo, fosse através das grandes fazendas produtivas, havia uma convergência de interesses, do governo com os representantes do capital cafeeiro, em orientar a ocupação territorial pelas unidades agrícolas. A ideologia que se acentuaria, já a partir da década de 1910, da volta ao campo e da “desurbanização”³ ecoava a intenção de virar as costas para as cidades do interior, cuidando apenas de São Paulo capital e de Santos.

Por outro lado, isso não significou um constrangimento do processo de urbanização pelo interior. Ao contrário, a expansão produtiva permitiu que velhas cidades se desenvolvessem e que novas surgissem por todo o oeste paulista. Não só as Câmaras Municipais orientaram suas políticas para reformas urbanas e infraestruturação sanitária, como também as grandes empresas, corporações e proprietários de terras atuaram de forma decisiva, não só para a modernização das várias localidades, que já se desenvolviam à luz do sucesso econômico do Estado, como também para a criação de tantas novas ao longo dos vários eixos ferroviários, além das zonas Mogiana e Baixa Paulista (Ghirardello, 2002). Esse processo foi marcado pela atuação articulada, não sem conflitos, desses vários agentes. Companhias de transporte urbano, de gás, de energia elétrica, construtoras, incorporadoras, loteadoras, de serviços urbanos, de importação e fabricação de materiais de construção tiveram um peso determinante para que esse processo ocorresse. Os interesses complementares ou contraditórios foram característicos da modernização das cidades paulistas e as práticas políticas nascentes, seja por omissão, seja por intervenção, colaboraram, muitas vezes, para que os investimentos privados tivessem êxito.

No campo das políticas sanitárias, o governo passou a regular as intervenções urbanas já a partir de 1894, com a promulgação do Código Sanitário. O controle e a atuação direta do governo sobre as políticas de saneamento foram definidos, historicamente, não só pelo interesse público em si, mas também pela incompatibilidade de interesses da iniciativa privada em operar esses serviços⁴. Em Santos, a atuação da City of Santos Improvements Company é uma exceção, já que a empresa construía e operava os sistemas de

água e esgoto da cidade sob concessão do governo estadual. Porém, a sua diversificação na exploração dos serviços de energia elétrica, antes prestados pela Companhia Docas, e de transporte urbano, deu-lhe a sobrevivência necessária para gerir os sistemas sanitários (Bernardini, 2006, p.212). Além disso, era de seu interesse colaborar com a expansão urbana da região, instalando sistemas sanitários que a possibilitasse expandir também os outros serviços que prestava.

As tentativas da iniciativa privada em abrir frentes exploratórias nos serviços de água e esgotos, quando bem articuladas e sob uma atuação proativa do governo a favor do empreendimento, tinham alguma chance de sucesso. No âmbito do governo estadual, só a Companhia City de Santos prosperou. Afora isso, o interesse das empresas em atuar nesse campo dirigia-se não para realizar a gestão, mas para a empreitada das redes, fabricação de materiais ou importação de materiais não produzidos nacionalmente. Assim se deu com várias companhias que se envolveram na implantação da infraestrutura sanitária e o sucesso do empreendimento dependia, entre outras coisas, da capacidade do governo em gerir a atuação dessas empresas, passando, por exemplo, pela opção de contratar os serviços por empreitada ou executá-los por administração.

Nesse sentido, o favorecimento de certas empresas era um fato corrente, pois as que se voltavam para a fabricação ou importação de materiais buscavam estabilizar-se no fornecimento para o Estado. A importação de materiais sanitários tornava-se um negócio lucrativo, uma vez que algumas peças ainda não eram produzidas no Brasil. E essas empresas não eram muitas. Tratava-se da Companhia Mecânica e Importadora, da Lion, da Zerenner Bullow e de outras menores. Essas praticamente monopolizavam o mercado de importações para obras de engenharia urbana ao trazerem para o Brasil o cimento *portland*, tubos de ferro galvanizado, manilhas cerâmicas, aparelhos e máquinas para a fabricação de materiais sanitários. A Companhia Mecânica e Importadora, por exemplo, representada por Alexandre Siciliano, se tornaria uma das maiores empresas de importação da capital (Dean, 1991, p.83) Algumas empresas “especializavam-se”, inclusive, na importação de materiais específicos e acabavam dividindo suas participações nas concorrências. As manilhas cerâmicas não eram, por exemplo, negócio da Companhia Mecânica e da Lion, que eram as principais concorrentes na importação dos materiais metálicos, cimento e aparelhagens para obras de natureza urbana (Dean, 1991, p.83). De qualquer forma, essas eram as principais fornecedoras de material ao governo do Estado, não só por oferecerem o material de melhor qualidade, como também pelos menores preços⁵.

O desenvolvimento urbano fazia crescer outras possibilidades de atuação mais promissoras do ponto de vista da lucratividade, que, diferentemente do campo do saneamento, motivou várias empresas a atuarem como gestoras dos serviços, interessadas em instalar as redes por conta própria e fornecer os serviços à população em geral. O aparecimento de novas tecnologias incentivava vários grupos a explorarem serviços ainda “pouco conhecidos” da esfera pública e, portanto, guarnecidos de maior liberalidade. Foi o caso

da energia elétrica. A rápida expansão corporativa nesse campo provocou uma ampliação das redes por todo o Estado sob a vaga vigilância do governo.

Nesse campo, as cidades do interior saíam na frente da capital, instalando já em 1887 iluminação elétrica nas ruas, que anos mais tarde seria também conduzida às principais edificações e prédios públicos. Rio Claro e São Carlos do Pinhal estão entre as primeiras (Küll & Ferraz, 2000, p.3) e São Paulo logo as ultrapassaria com a atuação da S. Paulo Tramway Light and Power Company que, rapidamente, a partir de 1899, ofuscaria a atuação da Companhia de Gás de São Paulo e da Companhia de Água e Luz de São Paulo. Essa expansão das empresas de energia elétrica, a exemplo do que ocorrera com a das empresas de transportes, dizia respeito ao tipo de produção a que estavam atreladas. Conforme já demonstrou Saes (1986, p.19), tanto as empresas de transporte como de energia, embora não produzissem mercadorias, associavam-se ao processo de produção como parte integrante desse, o que as identificava com o capital industrial. O autor observou como a constituição das sociedades anônimas, nas quais o capital financeiro advindo do mercado de ações — abrindo maior frente de lucros ante os dividendos a serem pagos pelos investimentos — impulsionou a formação de grupos nacionais que investiram na produção de energia elétrica para vários municípios paulistas.

A relação entre o crescimento urbano da capital e a expansão da Companhia Light também é esclarecida por Saes (1986, p.176). O poder de investimento dessa companhia e sua associação direta à expansão industrial de São Paulo permitiu-lhe um aumento de capital autofinanciado, sem ter que recorrer ao mercado de ações.

O seu monopólio na produção e distribuição de energia, com os altos investimentos que realizava, dirigia um modelo de urbanização que, ideologizado pela salubridade e higiene, tinha na eletricidade um motor potente. Nesse modelo, de certa forma, os interesses particulares estavam protegidos pelo Estado — não exatamente pela sua regulação, mas, ao contrário, pela falta dela⁶. Com isso, a facilidade encontrada pelas companhias deu-lhes a possibilidade de promover uma urbanização parcial, iluminando as ruas, eletrificando as casas e levando, muitas vezes, transporte público em cidades que ainda não tinham os sistemas completos de saneamento. A “priorização” na adoção das redes de energia elétrica era resultante não só dessas facilidades institucionais, nas lacunas deixadas pelo Estado, como também pela forte pressão que essas associações faziam junto aos municípios para expandir seus negócios, como bem demonstra o discurso do secretário de Agricultura Paulo de Moraes Barros no Relatório Anual da Secretaria de 1914, ao constatar as inúmeras irregularidades cometidas nas obras de eletrificação das cidades paulistas (São Paulo, 1916, p.218).

Essa expansão corporativa também acompanhou o rápido processo de ocupação territorial do Estado. O que o governo dizia ser o modelo de colonização promovido para incentivar novas ocupações nada mais era que um fenômeno que já vinha ocorrendo e que tinha na subdivisão e venda de terras um negócio que ia além da sua utilização para a lavoura. A criação de inúmeras localidades nas fronteiras de expansão territorial

ainda no século XIX se deu, conforme apontou Carvalho (1988, p.168), seguindo um rito comum. O proprietário de terra separava uma parte de seu patrimônio e o doava para a paróquia estabelecer ruas e quadras. Para a homenagem à Paróquia, o patrimônio recebia o nome de um santo seguido de um nome legal, geralmente em referência à localidade geográfica onde estava inserido.

A linha ferroviária e a estação eram cuidadosamente consideradas no desenho do novo plano já que a proximidade dos lotes a elas valorizava o empreendimento. Em seguida, vinha a subdivisão em lotes e sua venda, trazendo lucro ao proprietário pela venda.

Esse processo ganhou corpo principalmente a partir da década de 1930, quando o desenvolvimento do extremo oeste paulista se consolidou com a expansão da infraestrutura de transportes e a melhoria das condições produtivas, mas já nas décadas de 1910 e 1920, assistiríamos ao surgimento de várias localidades com a chegada das ferrovias até as fronteiras do Estado. Se os núcleos coloniais por iniciativa particular, tão estimulados pelo governo, baseavam-se em uma regulamentação restrita a tamanhos de lotes e condições de vendas dos terrenos⁷, pode-se imaginar como se deram os processos de parcelamento que se tornaram correntes nas imediações dos eixos ferroviários ou rodoviários. Na frente expansionista chegavam às companhias loteadoras e, logo em seguida, às eletrificadoras e de telefonia⁸. E com esses melhoramentos é que se “fazia cidade” nas franjas a oeste de São Paulo.

Essa constatação encontra abrigo não só nas estatísticas fornecidas pelos Anuários Demográficos-Sanitários, como pelo levantamento das cidades que já tinham, em 1925, redes de água e esgotos implantadas, a partir do levantamento sistematizado por Eugênio Egas. No primeiro caso, percebe-se, nos anos que se seguiram a 1904, quando o Estado diminuiu os investimentos no saneamento das cidades do interior, um aumento do número total de óbitos por doenças infectocontagiosas ao lado de uma diminuição relativa desses números (na relação entre esses óbitos e a população de cada ano)⁹. No contexto de um aumento progressivo da população e do controle de algumas doenças epidêmicas do final século XIX, como a febre amarela e o cólera, era natural que os indicadores diminuíssem. A princípio, isso refletia um avanço tímido das obras de saneamento nos municípios e, de certo modo, das medidas sanitárias que a Diretoria de Serviço Sanitário vinha adotando, mesmo considerando aqueles em que as Câmaras se empenharam em realizar obras. Mas, por outro lado, o Estado chegaria, em 1927, longe de ter melhores indicadores de saúde pública que nos anos candentes de atuação no campo do saneamento. Algumas doenças tiveram tendências de crescimento entre 1894 e 1928¹⁰, como a febre tifoide, doenças paratíficas e a tuberculose. A primeira guardava relação com a ausência de sistemas de esgotamento sanitário e a segunda, com os aspectos higiênicos da moradia.

Pela publicação de Eugênio Egas, dos 212 municípios cadastrados, havia, em 1925, 57,5% deles com rede completa de água e 34,4% com rede completa de esgoto, ao lado de 81,6% com rede de energia elétrica instalada. Em termos populacionais, tínhamos 74,8% de habitantes totais das localidades do interior¹¹ abastecidos de água e 55,6%,

servidos de água e esgoto¹². Se observarmos os números relativos por região, as zonas Mogiana e Paulista tinham 100,0% das cidades com rede de energia instalada, seguidas de Araraquarense (84,6%), Central (79,5%), Noroeste (75,0%), Sorocabana (74,1%) e Norte (64,8%). Já em relação às redes de água, a região Paulista estava na frente (75,0%), seguidas da Norte (64,8%) e Central (63,2%), bem na frente de Mogiana (47,0%), Araraquarense (46,1%), Sorocabana (29,0%) e Noroeste (12,5%). Quanto ao esgoto, a Paulista também liderava (55,0%), seguida de Mogiana (47,0%), Central (36,7%), Araraquarense (34,6%), Norte (32,4%), Sorocabana (19,3%) e Noroeste (12,5%).

Nota-se, a partir desses dados, que a região Paulista tinha o número de municípios mais bem servidos de infraestrutura, pois certamente foi a região que mais prosperou com a expansão produtiva do café. Em oposição estavam as zonas Noroeste e Sorocabana que, embora tivessem número considerável de municípios com redes de energia elétrica, tinham o pior quadro daqueles com infraestrutura sanitária, tanto em relação à água como em relação ao esgoto. Para os dois tipos de rede, ambas estavam bem abaixo da média de todo o Estado, aliás. Na franja das frentes pioneiras e cuidadas pelo Estado para serem novas áreas de ocupação produtiva, aqui vemos para o que serviram. Foi nessas regiões que surgiriam tantas cidades novas, iluminadas e insalubres.



FIGURA 1 – São Paulo dividido em zonas.

Fonte: Love, 1982.

NOTAS

1. Ofícios, cartas e requerimentos da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1892 e 1926. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo.
2. Em maio de 1904, o secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Carlos Botelho, estabeleceu novas regras para a prestação de serviços de saneamento aos municípios do interior do Estado, o que fez diminuir consideravelmente a participação do governo nas obras de infraestruturação sanitária daquelas localidades. Na análise dos relatórios anuais da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas no período compreendido entre 1892 e 1926, intervalo adotado para a minha pesquisa de doutorado, constatamos que os relatórios subsequentes a 1904 não faziam mais menção às obras de saneamento das cidades do interior e só Santos e São Paulo capital compareciam com informações sobre as intervenções realizadas. Além disso, a análise dos balancetes da mesma Secretaria publicados nesse mesmo intervalo revelou que os recursos aprovados e dirigidos ao saneamento das cidades do interior corresponderam a um pouco mais de 30% do total de recursos gastos com o saneamento do Estado, concentrados, entre os anos de 1893 e 1906. Para mais detalhes, ver Bernardini 2008, p.448-449.
3. A ideologia da “desurbanização” reforçava a intenção do governo paulista em revigorar, a partir da década de 1910, os serviços de imigração para conduzir mais trabalhadores às fazendas de café do interior. Os discursos dos secretários de Agricultura Paulo de Moraes Barros, em 1914, (São Paulo, 1916, p.151) e Heitor Teixeira Penteado, em 1920, (São Paulo, 1921, p.25) assim o revelam.
4. Sobre isso, ver os trabalhos de Bueno (1994) e Hockman (1998).
5. Inúmeros ofícios trocados entre os engenheiros chefes das Repartições Técnicas de Obras Públicas e os secretários de Agricultura revelam a recorrência dos contratos estabelecidos com a Companhia Mecânica e Importadora, Zerrenner Bulow e a Lion (Ofícios, cartas e requerimentos da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas entre 1892 e 1926. Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo).
6. Muitos projetos de lei tramitaram na esfera federal tendo como foco as concessões para exploração de energia elétrica ou aprovação de recursos para a importação de materiais necessários à eletrificação em todo o Brasil, desde 1891. No Estado de São Paulo, não foi diferente. Esses projetos, no entanto, tratavam apenas dos regimes de concessão, sem estabelecer regras para a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos com o objetivo de geração de energia elétrica. O primeiro Projeto de Código de Águas na perspectiva de regular o aproveitamento das águas para a geração de energia elétrica tramitaria, sem sucesso, até 1927 (Magalhães, 2000, p.88) e só seria aprovado em 1934.
7. Ato estabelecido pelo governo estadual em 13 de fevereiro de 1915 regulamentou os contratos de divisões de terras em lotes e a venda dos terrenos (Ofícios e Requerimentos da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Maço 275, Caixa 285, Ordem 7502, 1915).
8. A expansão das empresas do setor elétrico nas décadas de 1910 e 1920 não é só demonstrada pelo número de cidades servidas por rede conforme apresentou Eugênio Egas em sua publicação de 1925, como também foi abordada por Décio Saes (1986, p.247-57). As empresas que prestavam serviço de telefonia para cada um dos municípios paulistas também foram apresentadas nos relatórios da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas dos anos de 1923 e 1925.
9. Segundo o Anuário Demográfico do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo, publicado em 1928, nos períodos entre 1900-1912, 1912-1916, 1916-1920 e 1920-1928, a população cresceu, respectivamente, 63,20%, 10,06%, 13,04% e 49,39%, enquanto os óbitos por doenças infectocontagiosas cresceram 15,05%, -13,77%, 5,22% e 48,92%.
10. Tal constatação foi feita baseada nos dados constantes dos Anuários de Estatística Demográfico-Sanitário dos anos de 1890, 1900, 1912, 1916, 1920 e 1928.
11. Excetuaram-se nesta contabilidade a capital, Campinas e Santos.
12. Cabe observar que houve um aumento significativo da parcela da população do interior do Estado servida de água e esgoto. Se em 1903 tínhamos 47,06% de habitantes servidos de água, em 1925 essa proporção passou para 74,8%. Em relação aos esgotos, eram, em 1903, 21,5% e, em 1925, 55,6% estavam servidos de rede. Há que considerar, nesse caso, não só o aumento populacional nas áreas já infraestruturadas, como também um número ainda reduzido de habitantes nas cidades novas em regiões ainda pouco infraestruturadas.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, C.R.M. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. 1992. Dissertação. (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.
- BERNARDINI, S.P. *Os planos da cidade: as políticas públicas de intervenção urbana em Santos de Estevan Fuentes a Saturnino de Brito (1892-1910)*. São Carlos: RIMA, 2006.

- BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- BUENO, L.M.M. *Saneamento na urbanização de São Paulo*. 1994. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CARVALHO, R.C.M.S. *New towns and regional development in the northwestern frontier of the State of São Paulo (1890-1950)*. Ithaca, New York, 1988. PhD (Thesis) – Cornell University.
- DEAN, W. *A industrialização de São Paulo*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.
- EGAS, E. *Os municípios paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1925.
- GHIRARDELLO, N. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- HOCHMAN, G. *A era do saneamento: as bases políticas de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- KÜHL, J.C.A.; FERRAZ, V.M.B. As Usinas de Corumbataí. In: *História e Energia*. São Paulo: Patrimônio Arquitetônico da Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, 2000. n.8
- LEME, M.C.S. *Urbanismo no Brasil, 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- LOVE, J. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAGALHÃES, G. *Força e Luz: Eletricidade e Modernização na República Velha*. São Paulo: Fapesp, 2000.
- MILLIET, S. *Roteiro do café e outros ensaios*. Contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: Hucitec, 1982.
- RIBEIRO, L.C.Q.; CARDOSO, A.L. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, L.C.Q.; PECHMAN, R. (Org.). *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RIBEIRO, M.A.R. *História sem fim: um inventário da saúde pública*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- SAES, F.A.M. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- SÃO PAULO (Estado). Relatório dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá, Presidente do Estado pelo Dr. Carlos Botelho, Secretário da Agricultura, ano de 1904*. São Paulo: Typ. Brazil de Carlos Gerke, 1905.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, Presidente do Estado pelo Dr. Paulo de Moraes Barros, Secretário da Agricultura, ano de 1914*. São Paulo: Typ. De Rothschild, 1916.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Relatório apresentado ao Dr. Washington Luis, Presidente do Estado pelo Dr. Heitor Teixeira Penteado, Secretário de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Ano de 1920*. São Paulo, 1921.
- SÃO PAULO (Estado). Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil). *Anuário Demográfico*. Seção de Estatística Demógrafo-sanitária. Ano XXXV, 1928. v.1 – Capital, Santos, Campinas e Ribeirão Preto. São Paulo: Typ. Brazil de Rothschild e Comp., 1929.
- SÃO PAULO (Estado). Serviço Sanitário do Estado de São Paulo (Estados Unidos do Brasil). *Anuário Demográfico*. Seção de Estatística Demógrafo-sanitária. 1928. v.2 – São Carlos, Guaratinguetá, Botucatu e Interior do Estado, Typ. Brazil de Rothschild e Comp., 1929.
- TELAROLLI JR., R. *Poder e saúde: as epidemias e a formação dos serviços de saúde em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

RESUMO

Este artigo enfatiza as intervenções públicas de saneamento nas cidades paulistas pelo governo do Estado de São Paulo entre 1892 e 1930, demonstrando que a instalação da infraestrutura sanitária não esteve entre as suas práticas prioritárias. Enquanto ações voltadas para o desenvolvimento da economia agroexportadora drenaram parte significativa dos recursos arrecadados, como intervenções em ferrovias, muitas das cidades paulistas deixaram de ser atendidas com obras de infraestrutura sanitária, aumentando as estatísticas de óbitos por doenças infectocontagiosas durante toda a Primeira República. Já no final dos anos 1920, enquanto quase metade dos municípios ainda não tinha sistema de esgotos instalado, mais de 90% deles eram servidos de energia elétrica, fornecida pelas companhias particulares que proliferaram diante das possibilidades de lucros advindos da prestação desse serviço.

PALAVRAS-CHAVE: Planejamento territorial. Urbanização. Saneamento. Infraestrutura territorial e urbana.

ILLUMINATED AND UNHEALTHY CITIES: SANITATION AND URBANIZATION IN SÃO PAULO STATE (1892-1930)

ABSTRACT

This article emphasizes the São Paulo State's public sanitary intervention in cities between 1892 and 1930, demonstrating that the installation of the sanitary infrastructure was not taken as a State priority. While some actions were geared to the development of coffee-export economy and drained significant amounts of resources, like railroad interventions for example, many of the cities were no longer served by the sanitation infrastructure works, increasing the infectious diseases death throughout the period called Brazilian First Republic. In the later 20s, while almost half of the municipalities had not already sewer system installed, more than 90% of them were served by electric power networks, provided by the private enterprises that had proliferated with good profits opportunities carried from the services provision.

KEYWORDS: *Territorial planning. Urbanization. Sanitation. Territorial and urban infrastructure.*

